

ATA DA 94ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CMGDT

Aos sete dias do mês de março do ano de dois mil e dezessete, às dezoito horas, deu-se o início da 94ª reunião ordinária do Conselho Municipal de Gestão e Desenvolvimento Territorial do Município de Itajaí – CMGDT, na sala de reuniões do Gabinete do Prefeito, na Prefeitura de Itajaí, situada na Rua Alberto Werner nº 100, Vila Operária, neste Município, onde se fizeram presentes os seguintes conselheiros, representando suas respectivas entidades: o Presidente do CMGDT, Rodrigo Lamim e Rafael da Silveira Santos Albuquerque – representando a Secretaria Municipal de Urbanismo (SMU), Alexandre Schmit Balbino – Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPOG), Robson Allan Costa – Secretaria de Segurança, Giovani Alberto Testoni - Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Emprego e Renda, Valdete Cardoso – Secretaria de Habitação, Mauro Renato Marcelino – Secretaria da Fazenda, Evandro Neiva de Oliveira – Secretaria de Turismo, Nei Dionisio Locatelli – SEMASA, Marco Antônio F. Ballester Jr – Fundação Genésio de Miranda Lins, Flávia Cristina Fanta Sehn – Associação dos Moradores do km 12, Maria Inês Freitas dos Santos – Associação dos Moradores de Cabeçadas, Amanda Schneider – União dos Amigos da Brava (UNIBRAVA), Marcio Cristiano Dorneles Dias – Associação dos Proprietários da Praia Brava (APROBRAVA), Eduardo Luís Agostini da Silva – Sindicato da Indústria da Construção Civil dos Municípios da Foz do Rio Itajaí (SINDUSCON), Marcello Alessandro Petrelli – INTERSINDICAL, Vitor Eduardo Bianchi – Rotary Club Itajaí Norte, Walney Raimondi e Sabrina Schneider - AGENDA 21, Rosemeri Carvalho Marenzi – Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), Erminio Castro – Associação dos Moradores do BNH, Osmar Altair Adriano – SAAE, Dinovan Aparecido Ferreira – CRECI, Robson Carlos dos Santos - AREA.

I – abertura e informes da presidência: O Presidente agradeceu a presença de todos e logo após, apresentou os convidados: Sr. Volnei José Morastoni – Prefeito de Itajaí, Sr. Alan Marcos Blenke – Diretor da Unisociesc de Itajaí, Sr. Paulo Perez – Diretor do Grupo Total de Recife. Seguindo o regimento o presidente solicitou autorização para que os convidados tivessem direito a se pronunciar o que foi autorizado por unanimidade

II – aprovação da pauta: o Presidente trouxe o assunto pautado na convocação, que são: - Debater sobre o cronograma de atividades do conselho conforme regimento, - Deliberações sobre casos permissíveis e omissos (presidente explicou que devido uma demanda represada desde dezembro de dois mil e dezesseis teve que dividir esta demanda para que ela seja suprimida com uma próxima reunião extraordinária), Revisão do plano diretor e lei de zoneamento, - Iniciar os Trabalhos sobre os conflitos da lei de zoneamento atual. Aberto para sugestões e não havendo, a pauta foi colocada em votação sendo aprovada por unanimidade.

III – apresentação, debate e votação dos assuntos em pauta: O presidente deu início aos trabalhos e falou que a intenção da mesa é manter no cronograma as reuniões todas as primeiras terças feiras de cada mês. Aberto a discussões o Sr. Osmar Altair Adriano sugeriu que as reuniões fossem transferidas para o período vespertino, pois, o horário atual é um complicador para quem precisa se deslocar até a Prefeitura, devido ao trânsito e que talvez isso fosse a causa da falta de quórum na maioria das reuniões anteriores. O presidente comentou que os membros governamentais até preferiam que fosse no período vespertino, porém, os membros de entidades não governamentais teriam dificuldades devido aos compromissos profissionais. Também foi sugerido que a primeira chamada fosse às 18:30h e o Sr. Eduardo Luis Agostini da Silva se manifestou para se manter o horário atual das 18:00h alegando que quanto mais tarde começar as reuniões, mais tarde elas irão terminar. O presidente abriu votação para a primeira proposta da mesa para se manter as 18:00h a primeira chamada e 18:30h a segunda chamada, foram 17 votos favoráveis a manutenção do horário. Tendo em vista os votos favoráveis a manutenção do horário, representarem mais de cinquenta por cento, não foram colocadas em votação as outras propostas. Neste momento o Prefeito Sr. Volnei José Morastoni se pronunciou dizendo que existe um intento de se conversar com todos os membros dos conselhos que representam os órgãos governamentais, para reforçar a importância que os conselhos tem para o município. Falou também que existe a

54 intenção de se definir um espaço que seja exclusivo para utilização dos conselhos, com
55 uma diretoria executiva e com todo o tipo de assessoramento, com várias salas para que
56 possam ter várias reuniões simultâneas, haja vista que são trinta e seis conselhos e to-
57 dos são fundamentais e importantes. Reforçou ainda que o lado governamental deve dar
58 exemplo. O Presidente deu seguimento iniciando os casos permissíveis e omissos, **1º**
59 **protocolo 1650/17** Consulta Prévia requerida por Julio Cesar dos Santos, referente ao
60 porto Trocadeiro no início da Av. Reinaldo Schmithausem, solicitando a operação e ar-
61 mazenamento e comércio de combustível. O Presidente informou que este caso é uma
62 situação omissa à lei, falou que a localização é uma ZIP (Zona Industrial Permanente),
63 que permite até indústrias de alto impacto, porém, como a proposta não se enquadra
64 como indústria e nem comércio e serviços, trata-se de um caso omissos e por segurança
65 foi trazida ao conselho. Desta forma, o Presidente passou a palavra ao Sr. Paulo Perez,
66 convidado e diretor do Grupo Total ao qual pretende se instalar no local. Sr. Paulo cum-
67 primentou a todos e informou que o grupo trabalha há vinte anos no seguimento, falou
68 sobre o mercado de combustíveis, relatou os portos ao qual o grupo atua atualmente,
69 disse que o porto terá capacidade de armazenamento de 60.000 metros cúbicos, inician-
70 do com 30.000 metros cúbicos com etanol, gasolina e diesel S10 e S500. Segundo o Sr.
71 Paulo Perez este porto será imprescindível para o abastecimento de Santa Catarina
72 quando o país retomar o crescimento, uma vez que o combustível atualmente vem de
73 Araucária via oleoduto ou rodoviário e que não terá capacidade de suprir as necessida-
74 des do estado, sem falar na questão de arrecadação do município, uma vez que os
75 combustíveis são grandes fontes de arrecadação. O Presidente agradeceu a apresenta-
76 ção e lembrou que no local já foi no passado uma área de distribuição de combustíveis
77 de várias empresas, e na sequência passou a palavra ao Diretor de Controle Urbano Sr.
78 João Paulo Kowalski que explanou a importância da implantação de uma empresa deste
79 seguimento para Itajaí, comparando o nosso complexo portuário com o de outros países.
80 Em seguida foi passada a palavra ao Sr. Marcello Alessandro Petrelli representante da
81 INTERSINDICAL que explanou a experiência que o mesmo possui quanto à área portuá-
82 ria e falou sobre a importância da aprovação desta solicitação à economia itajaiense. Em
83 seguida foi dada a palavra ao Sr. Giovani Testoni Secretário Municipal de Desenvolvi-
84 mento Econômico, Emprego e Renda, que explanou a história econômica do local, onde
85 no passado estavam instalados as maiores distribuidoras de petróleo do país e que du-
86 rante este período não houve registro de acidentes nas referidas empresas. Relatou que
87 praticamente vinte e cinco por cento da arrecadação municipal vem do comércio de
88 combustíveis e que para Itajaí esta instalação será de suma importância, lembrando que
89 há pouco tempo atrás, houve desabastecimento de combustíveis na grande Florianópo-
90 lis, e que o nosso pólo não sustenta o consumo em alta temporada. Disse ainda que esta
91 é uma oportunidade para se abrir concorrência com produtos importados forçando a Pe-
92 trobrás a dinamizar as suas operações. Na sequência o presidente passou a palavra ao
93 Sr. Vitor Eduardo Bianchi representante do Rotary Clube Itajaí Norte que falou que tam-
94 bém concorda que o empreendimento trará desenvolvimento e renda para Itajaí e que as
95 operações são seguras, porém a preocupação é com o trânsito de caminhões que as
96 operações vão gerar, salientando que hoje o trânsito já é complicado na região e teme
97 que complique ainda mais. Disse que caso seja aprovado pelo conselho que a empresa
98 entre com uma contrapartida para ajudar a desafogar o trânsito. Neste momento o Presi-
99 dente lembrou que a votação é apenas para consulta prévia, sendo que na elaboração
100 do projeto com certeza serão analisados todos os pontos. Lembrou que no próximo dia
101 haverá a consulta pública sobre o EIV – Estudo de Impacto de Vizinhança, ao qual com
102 certeza a empresa irá se enquadrar. O Prefeito solicitou a palavra ao qual foi concedida
103 e explicou que nos primeiros 60 dias varias empresas dos mais variados seguimentos
104 tem procurado a administração municipal com a intenção de se instalar na cidade e que
105 essa é uma das suas maiores prioridades, e tudo que diz respeito a questão portuária
106 muito mais, pois a nossa cidade atua nos mais variados seguimentos, mas área portuá-

ria representa a maior parte da economia itajaiense. O prefeito informou ainda que a administração pública esta pleiteando junto aos governos estadual e federal recursos que permitam a dragagem do rio Itajaí Açu até a BR 101, e que esta dragagem traria benefícios a todos os terminais instalados nas margens do rio. Caso esta verba não seja autorizada existe a possibilidade de um consorcio de todos os terminais executarem esse serviço. Afirmou que o município tem interesse em agregar essa movimentação, pois a mesma será fonte de arrecadação para que possamos investir em saúde, segurança, educação e demais serviços em prol da população. O Presidente solicitou que se iniciasse a deliberação. Abrindo a votação foram 19 votos a favor e 4 abstenções, deliberação aprovada; **2º protocolo 15575/16**: consulta de viabilidade para instalação de um pólo de graduação e pós-graduação da Unisociesc, mudança de endereço para rua Brusque, 162 no centro de Itajaí, onde atualmente funciona a Loja Antônio Bitencourt. O Presidente passou a palavra ao Sr. Alan Marcos Blenke – diretor da Unisociesc, que contou um pouco da história do grupo que hoje pertence ao grupo Anima, como representante da Fundação Getúlio Vargas para a região é necessário que os mesmos se instalem em um prédio maior e mais central. Abriu-se discussão, o Presidente se pronunciou a favor como secretário de Urbanismo e acredita que vai trazer mais vida para o centro da cidade. Sr. Robson Alan Costa questionou quanto ao trânsito que vai gerar no local, questionou a quantidade de alunos, porém observou como o fluxo é maior a noite acredita que não haverá tanto problema. Sr. Auri Pavoni afirmou que a rua Brusque em breve vai ser mão única o que também vai auxiliar o trânsito. Sra. Flávia Cristina Fanta Sehn comentou que o empreendimento vai reativar o centro e que os alunos terão várias vias para chegar ao local. Em deliberação foram 21 votos a favor e 2 abstenções; **3º protocolo 7179/16**: consulta prévia para construção do Hotel do Brava Beach Empreendimentos Ltda. Sr. Rodrigo Lamim explicou que o grupo já havia aprovado a construção de um hotel junto ao complexo e que devido a um acordo judicial em pró forma a consulta deveria passar pelo conselho para ser ratificada, especificamente para o hotel. Em deliberação foram 15 votos favoráveis, Srta. Amanda Schneider da UNIBRAVA votou contra e houve 3 abstenções; **4º protocolo 16010/16**: Consulta prévia para instalação de stand de tiro, requerente Isaac Newton Belota S.G., referente a instalação de um espaço para treino de tiro localizado na rua Laura dos Santos Laurindo na praia Brava. O Presidente explanou sobre a proposta informando que no local não há intenção de construção e que o requerente já possui um laudo acústico e uma vistoria preventiva de ordem pública. Colocou-se em discussão onde depois de vários comentários o Sr. Eduardo da Sinduscon sugeriu que fosse aprovado com a ressalva de que o projeto só seria aprovado com o parecer da FAMAI. Em seguida foi a votação da deliberação com 10 votos a favor, 10 votos contrários e uma abstenção, sendo que para desempate, o voto do presidente foi favorável a liberação da consulta prévia, **aprovado com a ressalva de que o projeto só seria aprovado com o parecer da FAMAI**. A Srta. Amanda Schneider solicitou que fosse registrado o seu voto contrário; **5º protocolo 15710/16**: Consulta de viabilidade para licença de funcionamento da Associação Conservatório Musica Popular Cidade de Itajaí. Foram apresentadas as imagens da localização e do imóvel para apreciação. Sr. Eduardo manifestou seu parecer favorável por ser tratar de cultura e de que as pessoas envolvidas com músicas são responsáveis. Colocado em deliberação foram 19 votos favoráveis, 1 contra e 1 abstenção; **6º protocolo 14661/16**: Consulta de viabilidade para emissão de alvará, DDE Centro de Educação Infantil Ltda. Foi apresentado as imagens da localização e do imóvel para apreciação e colocado em discussão, Sr. Robson Alan Costa sugeriu que fosse exigido um recuo para embarque e desembarque para que o trânsito não atrapalhe o fluxo da via. Foi questionado sobre o prazo para que a rua Brusque fosse transformada em via de mão única e o Sr. Robson lembrou que o colégio Adventista também causou transtorno e que não seria bom outro desgaste. Em deliberação foram 19 votos favoráveis e duas abstenções; **7º protocolo 13172/16**: Consulta de Viabilidade para emissão de alvará, A&A Ltda – ME, trata-se de uma pré-escola de educação infan-

ATA DA 94ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CMGDT

160 til, localizada a Rua Duque de Caxias, 87 no bairro São Judas. Foram apresentados as
161 imagens da localização e do imóvel e aberto à discussão, Sr. Robson deu a idéia de as
162 creches e escolas ficarem mais afastada das vias de muito fluxo. Colocado em votação
163 foram 19 votos a favor e duas abstenções; **8º protocolo 917/17:** Consulta Viabilidade
164 para licença de funcionamento, Ana Claudia Lourenço, creche localizada na Rua Lauro
165 Muller, 709. Foi apresentada as imagens da localização e do imóvel, aberta as discus-
166 sões, em votação foram 19 votos a favor e 2 abstenções; Foi decidido pelos presentes
167 que seria votado em bloco as próximas três deliberações: **9º protocolo 918/17:** consulta
168 de viabilidade para troca de endereço, Ana Claudia Rocha Lourenço (Centro de Educa-
169 ção Infantil Construindo o Amanhã), localizado na Rua José Eugênio Muller, 675 – Cen-
170 tro, foi mostrado as imagens da localização e do imóvel para apreciação, **10º protocolo**
171 **12810/16:** Consulta de Viabilidade para alvará, Luciane Dietrich Polidoro e Cia Ltda –
172 ME (Crescer e Aprender), localizado na rua José Eugenio Muller, 856, foi apresentado as
173 imagens da localização e do imóvel para apreciação, **11º protocolo 1798/17:** Consulta
174 de viabilidade para alvará, Associação Educacional e Assistencial AMAR, localizado na
175 rua Saul Schead dos Santos, 36 que também foi apresentado as imagens da localização
176 e do imóvel. Aberta a discussão, não havendo manifestação, foi colocado em votação e
177 aprovada por 19 votos a favor e duas abstenções. **12º Utilização do FMDU para o es-**
178 **tudo do Plano Diretor:** Dando sequência à reunião o Presidente falou que o plano dire-
179 tor foi feito em 2006, deveria ter sido revisado em 2011, por força da lei municipal Nº
180 94/2006, o que não ocorreu. O plano diretor, pelo estatuto das cidades deveria ter sido
181 revisado em 10 anos, o prazo foi em 2016 e também não foi revisado. Sendo assim é
182 necessário inciar o processo de revisão dessas leis, para que possam utilizá-las como
183 instrumento de planejamento urbano, trazendo melhorias à cidade. Desta forma explicou
184 que é necessária a celeridade no processo, não se pode levar três ou quatro anos para a
185 conclusão, e para tanto, a proposta que a secretaria traz ao conselho é a necessidade
186 de se contratar uma consultoria externa, para fazer este processo com mais agilidade,
187 por isso foi solicitada autorização do conselho que é responsável pela administração do
188 fundo de desenvolvimento urbano, para que autorize a utilização desses recursos para a
189 contratação de uma empresa de consultoria. Afirmou que tal utilização está amparada no
190 Art. 31 da Lei Federal 10.257 de 10 de julho de 2001, que diz que os recursos serão a-
191 plicados com as finalidades previstas nos incisos I a IX do art. 26 desta Lei, e que este
192 caso estaria embasado mais especificamente no inciso IV, conforme apresentada, e que
193 foi feito um orçamento prévio como parâmetro de custo com a empresa Iguatemi que foi
194 de R\$ 598.014,00 (Quinhentos e noventa e oito mil e quatorze reais). A previsão de con-
195 clusão dos trabalhos é oito meses. O Presidente falou que estão no aguardo dos outros
196 orçamentos, ressaltando que não se trata de despesa e sim de investimento, tendo em
197 vista que se forem feitos os trâmites adequados, se evitará problemas futuros. Srta. A-
198 manda Schneider questionou se esse seria só o primeiro passo e se depois seria discu-
199 tido todo o contexto com a comunidade. Presidente passou a palavra para a Sra. Jade
200 Martins Ribeiro que disse que a intenção é de se fazer um processo o mais transparente
201 possível, com grande participação por parte da sociedade civil, e resumiu para os pre-
202 sentes o cronograma do termo de referência e que o mesmo será discutido em uma ou-
203 tra oportunidade. Foi dada a palavra a Sra. Flavia Cristina Fanta Sehn da Associação dos
204 moradores do KM 12, Baia e Paciência, que solicitou que na ocasião das audiências pú-
205 blicas as mesmas devam ser amplamente divulgadas para que o máximo possível de
206 pessoas tenha conhecimento. O Presidente passou a palavra ao Sr. Robson Carlos San-
207 tos que questionou se seria votado ainda nesta reunião o novo cronograma de trabalho
208 do CMGDT. Sr. Rodrigo Lamim explicou que na reunião de hoje seria somente tratado o
209 cronograma de horários que já havia sido votado. Quanto à utilização do fundo Sr. Rob-
210 son acredita que antes de ser aprovadas despesas, deveria ser levantado o saldo, os
211 devedores e as origens dos recursos, tendo em vista que o conselho é responsável pela
212 gestão dos valores conforme Art. 3º (inciso X), de nosso Regimento Interno, é necessário

ATA DA 94ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CMGDT

também saber como estão os recebimentos das empresas notificadas. Lamim disse que como a ação contra o solo criado foi extinta em dezembro de 2016, os recursos pendentes de recebimentos devem começar a serem regularizados. Foi dada a palavra a Prof.^a Rosemeri Carvalho Marenzi que expôs a sua preocupação com a condução da consultoria do plano diretor, salientando que baseado nos pré requisitos do termo de referência a UNIVALI praticamente fica descartada da concorrência e que ela vê com bons olhos se a consultoria fosse executada por uma instituição da nossa região. Sr. Rafael Albuquerque falou que foi enviado à UNIVALI o termo de referência para fins de orçamento, e que se buscou no termo de referência um equilíbrio, porém se hoje existe sugestões de alterações, a comissão aguarda o posicionamento com a proposta da instituição. Com a palavra o Sr. Eduardo Silva salientou que os recursos são para esta finalidade e acredita que só uma empresa terceirizada poderá fazer o processo em um prazo tão curto, disse que é normal a evolução na qualidade dos processos, mas o que importa é a busca constante da excelência, e que quanto aos inadimplentes os mesmos não conseguirão obter o alvará e o habite-se, sendo então o pagamento inevitável, presidente reforçou que os valores são constantemente corrigidos pelo CUB. **Sr. Jeronimo Luiz Rauber argumentou que os devedores de valores referentes à outorga onerosa do direito de construir, que não pagaram os valores nas datas aprazadas, deveriam fazê-lo com multa e juros, além da correção monetária dos valores pelo CUB/SC. Questionou ainda sobre slide projetado que apresentava os casos que se enquadravam dentro das possibilidades de utilização dos recursos arrecadados com a outorga onerosa, uma vez que o slide referia-se ao direito de preempção e não à utilização dos recursos do solo criado. Srta. Jade explicou que o Art. 23 do estatuto é o que o Art. 31 se reporta e que o Art. 31 diz que os recursos oriundos da outorga onerosa podem ser utilizados nos sentidos previstos no Art. 23. Sr. Jerônimo falou que concorda com o fato de que temos que aumentar a arrecadação da outorga onerosa, porem, a Aeronáutica é um problema para a cidade, pois grande parte da cidade onde teria capacidade para se aplicar a outorga onerosa acaba sendo bloqueada devido a restrições da aeronáutica, então a sugestão seria incluir no termo de referência, alguma menção sobre a questão da aeronáutica pra que se pudesse a voltar a utilizar este instrumento. Foi esclarecido também pelo presidente e pela Srta. Jade Ribeiro que já houve uma reunião e que os representantes da INFRAERO foram bem receptivos quanto aos questionamentos dos obstáculos já existentes na cidade, devendo tal situação ter um encaminhamento em breve, disse que a conversa foi positiva e que tudo indica que teremos uma zona de exclusão entre os portainers e o morro da cruz. Srta. Jade informou também que foi incluído dentro do diagnóstico uma serie de mapas que precisam ser levantados que estão no termo de referencia e que este mapa seria um deles.** Não havendo mais discussão, foi colocada em votação, e aprovada a utilização do fundo por 20 membros a favor, sendo que o Sr. Robson, representante da AREA votou favorável, desde que seja apresentado o saldo atual disponível, e realizado o levantamento e cobrança dos devedores de solo criado, e somente uma abstenção da Srta. Amanda Schneider da UNIBRAVA. **IV – apresentação de propostas de pauta para a próxima reunião:** Ficou decidida a deliberação sobre o regimento interno e sobre os conflitos. **V – manifestações gerais:** O presidente abriu a discussão sobre a definição da data da próxima reunião. Os conselheiros juntamente com a mesa propuseram agendar a reunião para 3º terça-feira do mês de março dia 21. Sr. Eduardo Silva propôs a votação de todas as pendências de pauta. Não havendo outras manifestações dos conselheiros, o presidente declarou encerrada a reunião. **VI – encerramento:** Nada mais tendo a relatar, a reunião foi encerrada às 20:30 h (vinte horas e trinta minutos), da qual se fez lavrar a presente ata lavrada por mim, Taicil Cesar da Luz, secretário, que vai assinada, pelo Presidente do Conselho Municipal de Gestão e Desenvolvimento Territorial, Rodrigo Lamim, e pelos demais conselheiros que assim desejarem. **Itajaí/SC, 07/03/2017.** _____(secretário) _____(Presidente).